

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 19/XIII/ 3.ª SL**

Em 13 de dezembro de 2017, pelas 10 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
  - **Proposta de Lei n.º 106/XIII/3.ª (GOV) - Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor - Relatora - Deputada Sandra Pereira (PSD);**
  - **Projeto de Lei n.º 667/XII/3.ª (PSD) - 45.ª alteração ao Código Penal, qualificando o crime de homicídio cometido no âmbito de uma relação de namoro - Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS);**
3. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, de audição do Ministro da Administração Interna para se pronunciar sobre a situação ocorrida na Ilha Graciosa e a atividade da PSP nos Açores;**
4. **Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição do coordenador do relatório intitulado "Complexo de Incêndios Ocorridos em Pedrógão Grande e concelhos limítrofes, iniciados em 17/6", Prof.º Xavier Viegas;**
5. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições cujo prazo de apreciação se encontra ultrapassado, designadamente:**
  - **Petição n.º 230/XIII/2.ª - Recomenda a inclusão do Direito à Memória e do Direito ao Afeto na Constituição da República Portuguesa - Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS)**
6. **Apresentação do relatório de participação da Assembleia da República na reunião interparlamentar constituinte do Grupo Especializado de Controlo Parlamentar Conjunto da EUROPOL (Parlamento Europeu, Bruxelas, 9 e 10 de outubro de 2017) - Deputados Carlos Abreu Amorim (PSD) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP);**
7. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
8. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
Proposta de Lei n.º 107/XIII/3.ª (ALRAM)	Primeira alteração à Lei n.º 48/2014, 28 de julho	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
Projeto de Lei n.º 683/XIII/3.ª (BE)	Regularização do estatuto jurídico das crianças com nacionalidade estrangeira	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 19/XIII/ 3.ª SL

	acolhidas em instituições do estado ou equiparadas	
--	--	--

No segundo ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- Proposta de Lei n.º 106/XIII/3.ª (GOV) - *Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor*, que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Sandra Pereira (PSD), tendo intervindo a Senhora Deputada Elza Pais (PS), após o que as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do CDS/PP e do PEV;
- Projeto de Lei n.º 667/XII/3.ª (PSD) - *45.ª alteração ao Código Penal, qualificando o crime de homicídio cometido no âmbito de uma relação de namoro*, que foi apresentado pela respetiva Relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS), tendo intervindo o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), após o que as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do CDS/PP e do PEV.

A propósito da primeira das iniciativas, o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) recordou a sua intervenção em anterior reunião, relativamente à necessidade de consideração da Proposta de Lei n.º 106/XIII em conjunto com o Projeto de Lei n.º 430/XIII, pendente na Comissão de Trabalho, atenta a identidade dos respetivos objetos.

O Senhor Presidente explicou que várias questões relativas à tramitação destas iniciativas e à reivindicação de competência na matéria haviam sido suscitadas, não havendo ainda formalmente uma decisão do Senhor Presidente da Assembleia da República, mas havendo expectativa de que venha a contemplar os fundamentos já devidamente encaminhados sobre a matéria. A Senhora Deputada Elza Pais (PS) explicou que diligenciara junto da Coordenadora do Grupo de Trabalho da Comissão de Trabalho que mantinha em apreciação o referido Projeto de Lei n.º 430/XIII no sentido de se procurar fazer uma articulação na matéria.



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 19/XIII/ 3.ª SL

No ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar para audição do Senhor Ministro da Administração Interna acerca da situação ocorrida na Ilha Graciosa e a atividade da PSP nos Açores, tendo explicado que um grupo de Deputados do Grupo Parlamentar agendara uma visita à Esquadra da Graciosa, que não fora facultada, por decisão comunicada à porta pelo respetivo Chefe de Esquadra, que invocara instruções superiores, mas não adiantara nenhuma informação sobre quem as emitira. Assinalou que a audição requerida correspondia à necessidade de esclarecimento do incidente e de se envidar esforços para que não se repita em nenhuma circunstância e com nenhum Grupo Parlamentar.

Interveio em seguida o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) que manifestou perplexidade pela manutenção do requerimento que, de acordo com informação entretanto obtida, se baseava num pressuposto que se provara errado: o Chefe de Esquadra não teria recebido instruções, tal como fora comunicado à Senhora Deputada Berta Cabral pelo Comandante Regional da PSP Açores. De acordo com aquela informação, a visita fora autorizada pelo Diretor Nacional da PSP, o que fora transmitido ao Comandante Regional, tendo o Chefe daquela Esquadra feito uma interpretação errada de tal comunicação. Considerou, por isso, que a vinda do Ministro da Administração Interna não se justificava, sendo já do conhecimento da Senhora Deputada Berta Cabral.

O Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) reiterou que, mesmo que se tivesse tratado de um equívoco, este teria de ser explicitado à Assembleia da República e não apenas a um dos Deputados em causa, designadamente para que não se voltasse a repetir, mantendo-se portanto o fundamento do que fora requerido.

O senhor Deputado António Filipe (PCP) defendeu que, caso aquela explicação fosse confirmada pela Senhora Deputada Berta Cabral (PSD), a audição representaria uma atuação manifestamente desproporcionada da Comissão, importando apurar as circunstâncias descritas para se poder aferir da oportunidade da audição.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) considerou o assunto manifestamente grave em abstrato e observou que os Deputados não se podem sujeitar a equívocos



## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 19/XIII/ 3.ª SL

dos Chefes das Esquadras, pelo que, no mínimo, cumpriria solicitar ao Ministro uma comunicação escrita ao Diretor Nacional da PSP e ao Comandante-Geral da GNR acerca da necessidade de facultar o acesso dos Deputados às instalações das Esquadras e dos Postos sempre que agendem tais visitas, ficando assim salvaguardados equívocos da mesma natureza. Defendeu que a reunião fosse sustida para um contacto do Senhor Presidente com o Ministro naquele sentido.

Na falta de oposição dos Grupos Parlamentares e dando por adiada a conclusão da discussão e votação do requerimento, o Senhor Presidente informou que tomaria a iniciativa de pedir uma confirmação formal do que fora relatado, que afetara a dignidade e o mandato dos Deputados, devendo dar conta do resultado dessa diligência na próxima reunião da Comissão.

O Senhor Deputado José Silvano (PSD), na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho – Alteração das Leis eleitorais e do regime jurídico do recenseamento eleitoral, informou que tendo sido solicitada a audição de um Responsável dos serviços da área de administração eleitoral da Secretaria Geral da Administração Interna no Grupo, fora proposta, em alternativa, a audição da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, para o que solicitava a anuência da Comissão, o que não mereceu oposição de nenhum Grupo Parlamentar.

Tendo sido adiados os pontos 5 e 6 e não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, a reunião foi encerrada às 10 horas e 40 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de dezembro de 2017

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E  
GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 19/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
Bacelar de Vasconcelos  
Carlos Abreu Amorim  
Carlos Peixoto  
Elza Pais  
Fernando Anastácio  
Fernando Negrão  
Fernando Rocha Andrade  
Filipe Neto Brandão  
Isabel Alves Moreira  
José Manuel Pureza  
José Silvano  
Luís Marques Guedes  
Paulo Rios de Oliveira  
Sandra Cunha  
Teresa Morais  
Jorge Lacão  
Sandra Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes  
Andreia Neto  
José Luís Ferreira  
Pedro Delgado Alves  
Sara Madruga da Costa  
Telmo Correia  
Vânia Dias da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: